



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 7.960, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1989.

Conversão da Medida Provisória nº 111, de 1989

Dispõe sobre prisão temporária.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Caberá prisão temporária: [\(Vide ADI 3360\)](#) [\(Vide ADI 4109\)](#)

I - quando imprescindível para as investigações do inquérito policial;

II - quando o indicado não tiver residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade;

III - quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes:

a) homicídio doloso [\(art. 121, caput, e seu § 2º\)](#);

b) seqüestro ou cárcere privado [\(art. 148, caput, e seus §§ 1º e 2º\)](#);

c) roubo [\(art. 157, caput, e seus §§ 1º, 2º e 3º\)](#);

d) extorsão [\(art. 158, caput, e seus §§ 1º e 2º\)](#);

e) extorsão mediante seqüestro [\(art. 159, caput, e seus §§ 1º, 2º e 3º\)](#);

f) estupro [\(art. 213, caput, e sua combinação com o art. 223, caput, e parágrafo único\)](#); [\(Vide Decreto-Lei nº 2.848, de 1940\)](#)

g) atentado violento ao pudor [\(art. 214, caput, e sua combinação com o art. 223, caput, e parágrafo único\)](#); [\(Vide Decreto-Lei nº 2.848, de 1940\)](#)

h) rapto violento [\(art. 219, e sua combinação com o art. 223 caput, e parágrafo único\)](#); [\(Vide Decreto-Lei nº 2.848, de 1940\)](#)

i) epidemia com resultado de morte [\(art. 267, § 1º\)](#);

j) envenenamento de água potável ou substância alimentícia ou medicinal qualificado pela morte [\(art. 270, caput, combinado com art. 285\)](#);

l) quadrilha ou bando [\(art. 288\)](#), todos do Código Penal;

m) genocídio [\(arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956\)](#), em qualquer de suas formas típicas;

n) tráfico de drogas [\(art. 12 da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976\)](#);

o) crimes contra o sistema financeiro [\(Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986\)](#).

p) crimes previstos na Lei de Terrorismo. [\(Incluído pela Lei nº 13.260, de 2016\)](#)

Art. 2º A prisão temporária será decretada pelo Juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e terá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

§ 1º Na hipótese de representação da autoridade policial, o Juiz, antes de decidir, ouvirá o Ministério Público.

§ 2º O despacho que decretar a prisão temporária deverá ser fundamentado e prolatado dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do recebimento da representação ou do requerimento.

§ 3º O Juiz poderá, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público e do Advogado, determinar que o preso lhe seja apresentado, solicitar informações e esclarecimentos da autoridade policial e submetê-lo a exame de corpo de delito.

§ 4º Decretada a prisão temporária, expedir-se-á mandado de prisão, em duas vias, uma das quais será entregue ao indiciado e servirá como nota de culpa.

§ 4º-A O mandado de prisão conterá necessariamente o período de duração da prisão temporária estabelecido no **caput** deste artigo, bem como o dia em que o preso deverá ser libertado. [\(Incluído pela Lei nº 13.869, de 2019\)](#)

§ 5º A prisão somente poderá ser executada depois da expedição de mandado judicial.

§ 6º Efetuada a prisão, a autoridade policial informará o preso dos direitos previstos no art. 5º da Constituição Federal.

~~§ 7º Decorrido o prazo de cinco dias de detenção, o preso deverá ser posto imediatamente em liberdade, salvo se já tiver sido decretada sua prisão preventiva.~~

§ 7º Decorrido o prazo contido no mandado de prisão, a autoridade responsável pela custódia deverá, independentemente de nova ordem da autoridade judicial, pôr imediatamente o preso em liberdade, salvo se já tiver sido comunicada da prorrogação da prisão temporária ou da decretação da prisão preventiva. [\(Redação dada pela Lei nº 13.869, de 2019\)](#)

§ 8º Inclui-se o dia do cumprimento do mandado de prisão no cômputo do prazo de prisão temporária. [\(Incluído pela Lei nº 13.869, de 2019\)](#)

Art. 3º Os presos temporários deverão permanecer, obrigatoriamente, separados dos demais detentos.

Art. 4º O [art. 4º da Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965](#), fica acrescido da alínea i, com a seguinte redação:

"Art. 4º

i) prolongar a execução de prisão temporária, de pena ou de medida de segurança, deixando de expedir em tempo oportuno ou de cumprir imediatamente ordem de liberdade;"

Art. 5º Em todas as comarcas e seções judiciárias haverá um plantão permanente de vinte e quatro horas do Poder Judiciário e do Ministério Público para apreciação dos pedidos de prisão temporária.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 21 de dezembro de 1989; 168º da Independência e 101º da República.

JOSÉ SARNEY
J. Saulo Ramos

Este texto não substitui o publicado no DOU de 22.12.1989